

Homicidas, Ladrões, Milicianos, Organizações Criminosas, Traficantes e *White Collors*: a administração do crime em Uberlândia no século XXI

Homicides, Thieves, Militia, Criminal Organizations, Traffickers and *White Collors*: the administration of crime in Uberlândia in the 21st century

Márcio Bonesso¹

Resumo

O objetivo principal do *paper* foi criar conexões de sentido entre a ciência e políticas de segurança pública, tendo como lócus de estudo as políticas estaduais de prevenção à criminalidade, implantadas em Uberlândia, no interior de Minas Gerais. Nesse contexto, como objetivo específico a pesquisa estudou a relação da história do controle do crime da cidade com o impacto dessas políticas estaduais de segurança. Como desdobramento analítico o trabalho fez uma revisão teórica problematizando vínculos das teorias sociais e dos programas intervencionistas internacionais, nacionais e estaduais na dinâmica municipal de Uberlândia. Os resultados demonstraram que houve em algumas periferias uma primazia do eixo da repressão qualificada sobre o da proteção social, com a expansão do policiamento especializado sem a inclusão compatível dos funcionários dos programas preventivos. Todavia, as ações sociais desses funcionários, em muitos contextos microssociais favoreceram a extensão dos serviços públicos para a população dessas localidades. Por fim, com a deflagração de megaoperações, a partir de 2015, várias ações criminais de empresários, políticos e agentes da segurança pública foram identificadas, demonstrando um acréscimo nos alvos da administração da criminalidade no município.

Palavras chave: Sociologia da Violência e Administração de Conflitos. Antropologia das Sensibilidades Jurídicas. Política de Segurança Pública.

Abstract

The paper's main objective was create sense connections between science and public security, having as locus of study the state policies of crime prevention in Ublândia city, in Minas Gerais. In this context, the research's specific objective was relationship between the history of city crime control and the impact of these state security policies. As an analytical deployment, this research has a theoretical review questioning bonds of social theories and international, national and state interventional programs in the dynamic city of Uberlandia. Results showed there were in some poor neighborhoods a primacy of qualified repression's axis

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Professor de Sociologia do Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM – Uberaba).

over the social protection's axis, with expansion of specialized policing without including compatible employees connected to prevention programs. However, it's noteworthy that social actions of these officials, although certain structural problems in many micro-social contexts, also favored the extension of public services for the population of poor localities. Finally, with the outbreak of mega-operations, as of 2015, several criminal actions by businessmen, politicians and public security agents were identified, demonstrating an increase in the targets of crime management in the municipality.

Keywords: Sociology of violence and conflict management. Anthropology of legal sensitivities. Public security policy.

Homicidas, Ladrões, Milicianos, Organizações Criminosas, Traficantes e White Collors: a administração do crime em Uberlândia no século XXI

Introdução

O objetivo principal deste artigo é discutir o impacto das políticas estaduais de segurança pública no município de Uberlândia, situado na região do Triângulo Mineiro. O texto deseja apresentar uma narrativa etnográfica² da implementação e execução dessas políticas de segurança pública e dos programas de prevenção à criminalidade no município. Em Minas Gerais, tais ações governamentais desenvolvidas pelo ente estadual foram criadas a partir de uma conjunção de teorias criminológicas e sociológicas nacionais e internacionais, além de experiências bem sucedidas de políticas anteriores implementadas em outros municípios, unidades federativas e países.

Vale ressaltar que apesar da pesquisa ter findado em 2015, mudanças significativas na dinâmica criminal começaram a ser desveladas quando ações do Grupo de Atuação Especial de Combate e Repressão ao Crime Organizado (GAECO), adjunto à Polícia Federal e corregedoria das polícias Militar e Civil começaram a entrar em cena e montar operações e megaoperações que prenderam empresários, policiais civis, policiais militares, delegados, advogados, “traficantes” das periferias (apesar de alguns agentes das outras categorias profissionais também serem acusados de tráfico de drogas) ligados ao “crime organizado” do estado de São Paulo e mais, recentemente, vereadores ligados à milícias comandadas, segundo os procurados do Ministério Público, por policiais militares. Além das incriminações, acusações e prisões de tráfico e formação de milícias, outros crimes também são mencionados: roubos de carga, homicídios, extorsão, sequestro, roubo, receptação, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e passiva, dentre outros.

² Esse artigo tem como base meu estudo de doutorado que ocorreu no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar) entre 2011 e 2015. Esse trabalho culminou no livro *Prevenção à Criminalidade: arte e esporte na segurança pública em Minas Gerais* (BONESSO, 2018).

Essas políticas estaduais geridas a partir do final de 2002 em Belo Horizonte e Região Metropolitana se interiorizou em contexto tardio nas cidades mineiras de médio porte. Apesar disso, a sua introdução aos municípios do interior foi bem recebida, visto que elas estavam sendo avaliadas de forma positiva pelos resultados efetivos e rápidos. O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! foi premiado e reconhecido pelos seus pares, tornando-se uma das grandes publicidades eleitorais do PSDB, partido político que governava Minas Gerais. Em Uberlândia, tais ações governamentais começam a ser executadas em 2006, portanto, no último ano de mandato do governo estadual. Nesse período o município já era o segundo mais populoso³ de Minas Gerais.

Uberlândia está aproximadamente a 550 km da capital Belo Horizonte. Está mais próxima de Goiânia e Brasília, situada respectivamente a 330 Km e 430 km dessas capitais. Também está relativamente próxima da capital de São Paulo, a 600 km, bem como cidades interioranas paulistas de grande porte como Campinas e Ribeirão Preto, respectivamente a 500 Km e 280 Km. Todas essas conexões com as capitais mencionadas, as grandes cidades paulistas interioranas e outras cidades menores fizeram com que o município se tornasse um dos *nós* das *redes empresariais* e dos *espaços de fluxos* (CASTELLS, 2016) do interior do Sudeste brasileiro. As estruturas duplicadas das rodovias fizeram com que, nas últimas décadas, suas conexões com esses e outros municípios dessas unidades federativas fossem mais intensas do que com a capital mineira. Apesar disso, o contato com a capital ocorre de forma intensa através do aeroporto internacional da cidade que faz conexões com a capital mineira e também com regiões mais distantes, como Rio de Janeiro e outras capitais das outras regiões dos países.

A partir da década de 1970, Uberlândia passa a ser reconhecida com uma cidade polo da logística, várias empresas voltadas para o setor do comércio e serviços começam a se conectar com o setor das telecomunicações gerando um ambiente que passa a agregar um fluxo migracional maior que a cidade de Uberaba⁴, até então a cidade polo da região. Adjunto ao setor de comércio e serviços, o surgimento da cidade industrial e da Universidade Federal de Uberlândia, bem como o desenvolvimento do agronegócio favoreceu o município a se tornar o maior centro condensador de variadas frações de classe média e alta. Essas pessoas se deslocaram para a cidade com o intuito de montar empreendimentos, ocupar cargos públicos, estudar nas universidades, se preparar para

³ Em 2010, o IBGE registrou 604.013 moradores autodeclarados, em 2019 estima uma população de 691.305 habitantes. Em termos populacionais o município de Contagem fica “lado a lado” à Uberlândia. Em 2010, o IBGE registrou 603.442 habitantes, em 2019 a estimativa foi de 663.885 habitantes.

⁴ Até a década de 1970 a cidade de Uberaba era mais populosa da região. Todavia, com um mercado voltado para o setor agropecuário, um desenvolvimento industrial mais modesto, geografia mais complexa de habitar e um modelo de ensino superior mais restrito ao setor do agronegócio e da saúde o desenvolvimento demográfico da cidade passou a ser praticamente a metade de Uberlândia. Segundo o IBGE, em 2010, Uberaba tinha uma população de 295.988 habitantes.

concursos e viver em ambientes com redes de acesso ao contexto da era informacional. Tal fluxo migratório multifacetado arregimentou também vários segmentos populacionais pobres. Em função dos grandes desenvolvimentos tecnológicos no meio rural muitos camponeses pobres das regiões do Triângulo Mineiro, Norte de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha, do Norte e Nordeste brasileiro expropriados dos trabalhos servis do meio rural migraram para as periferias e ocupações de movimentos por moradias populares da cidade.

Assim, o crescimento populacional nos últimos 50 anos facilitou uma série de fluxos de mercados legais que foram, em alguns casos, se misturando com os mercados ilegais e criminais, cujas estruturas – de *modos operandi* dos roubos, furtos, sequestros, mercados do tráfico de drogas no atacado e no varejo, formas de violências, extorsões, homicídios, vinganças, assaltos à bancos e aos caixas eletrônicos, criações de coletivos criminais, inserções de coletivos de outras unidades federativas como o Primeiro Comando da Capital (PCC), surgimento de milícias organizadas e lideradas por agentes públicos da segurança -, se consolidaram no município, sobretudo, nos primeiros anos da virada do século XXI.

Em suma, esse artigo deseja refletir sobre duas indagações de como os variados agentes públicos da segurança estadual interagem com os agentes sociais locais que compõe esses mercados ilegais ou executam algum crime. Uma de teor macro e outra micro sociológica: como essas novas estratégias de políticas estaduais de segurança pública criadas em Belo Horizonte vão impactar na dinâmica do controle do crime em Uberlândia? Como ocorrerá no município a atuação dos agentes estaduais da segurança pública no que tange as ações repressivas e as ações preventivas de administração do controle dos crimes?

Ciência e política de segurança pública no Brasil: os pioneiros das ciências sociais, os militares e os políticos

No que se refere às políticas de segurança pública no Brasil, na década de 1980, com o período de redemocratização tardio e com a permanência de instituições militares no campo do controle do crime, a execução de tais políticas ocorreu, segundo pesquisadores, no modelo denominado de gerenciamento de crises (SOARES, 2006; SAPORI, 2007). Tratado como um paradoxo, como descreve Angelina Peralva, em seu livro *Violência e Democracia* (2000) houve nesse período de reconquista dos direitos civis e políticos no país um recrudescimento nos números de crimes. Apesar dos multifacetados motivos, a pesquisadora identifica o continuísmo autoritário da

gestão hierárquica das polícias e do sistema judiciário, cujo foco seletivo incide em segmentos populacionais de baixa renda.

Apesar de esse paradoxo ter permanecido com o advento da Constituição Federal de 1988, a partir da década de 1990 pode-se reconhecer uma grande contribuição de gestores oriundos das universidades, especialmente professores das ciências sociais que atuaram em diversas esferas governamentais. Nesse vínculo entre ciência e política pública, implantaram diagnósticos amparados por teorias, além de medidas administrativas que resultassem em planos de metas, constantemente monitorados, cujo objetivo primordial seria a redução das altas taxas de crimes violentos.

No início do século XXI, esse grupo de cientistas sociais conquistou notoriedade e protagonismo nesse campo ao fazer gestões de políticas com resultados bem sucedidos. Alguns deles ainda ganharam visibilidade nos meios de comunicação de massa, sobretudo nos anos eleitorais. Consolida-se em alguns cenários do campo da segurança pública os *pioneiros das ciências sociais*, antropólogos, cientistas políticos e sociólogos que desenvolvem pesquisas e gestões de políticas públicas sobre crime, violência e direitos humanos (LIMA & RATTON, 2011). Ainda nesse período, a materialização de algumas dessas experiências da gestão científica foram colocadas à prova, por exemplo, com a nomeação do antropólogo e cientista político Luiz Eduardo Soares que mesmo depois de uma passagem com final bastante conturbado pelo governo estadual do Rio de Janeiro, foi chamado em 2003, pelo presidente Lula, para assumir a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Sua tentativa de implementar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e realizar a reforma das polícias, mais uma vez, foi frustrada e demonstrou como a inserção dos cientistas no campo da segurança pública brasileira criou muitos fluxos importantes de ações, mas no geral, levou à constituição de um campo dividido e tensionado entre pesquisadores, militares e políticos, esses últimos, em muitos casos, fazendo uma mediação de conflitos entre os dois primeiros (SOARES, 2006).

Contudo, alguns exemplos bem-sucedidos criaram como no caso de Minas Gerais, articulações mais sólidas entre esses diferentes agentes conflitantes. Ainda que por um breve período, o caso mineiro propiciou uma subordinação normativa das lógicas de gestão do campo aos conhecimentos teóricos e práticos dos cientistas sociais. Apesar das especificidades, pode-se dizer que elas são resultados dos desdobramentos do debate mais amplo no Brasil, realizado pelos Planos Nacionais de Segurança Pública que possibilitou a emergência de um modelo normativo sistêmico de políticas de segurança pública, o qual ainda incorporou um eixo específico para as políticas de prevenção à criminalidade. Nesse contexto de implantação, o novo desenho

burocrático da segurança pública estadual mineira, apesar das especificidades apresentadas, seguia as diretrizes mais amplas e harmônicas, discutidas pelos grupos de intelectuais pioneiros, militares e políticos.

Em suma, se no campo político partidário as relações de oposição entre governos do PT e PSDB não criaram relações práticas efetivas entre tais governos quando ocupavam entes federativos distintos no que tange as políticas de segurança pública de muitos Estados, como, por exemplo, o Estado de São Paulo; no caso de Minas Gerais houve um *vínculo técnico* entre o governo estadual (PSDB) e governo federal (PT), gerando recursos significativos para a replicação do programa para outras localidades.

As políticas de segurança pública em Minas Gerais

Outro sociólogo pioneiro que trabalhou para vincular as pesquisas científicas às ações de administração da segurança pública foi Antonio Luiz Paixão. Ele projetou as ciências sociais como um importante dispositivo para a formulação dessas políticas em Minas Gerais. Para Claudio Beato, essa postura normativa e aplicada da sociologia mineira, iniciada por Paixão na década de 1980, refletiu nas gestões futuras das políticas de segurança pública estaduais.

Por acreditar que a polícia era muito importante, o Paixão se juntou ao coronel *Klinger*, da PMMG, que também acreditava que a polícia tinha que mudar. Era um momento em que a sociedade brasileira estava em processo de democratização e as polícias precisavam se adaptar aos novos tempos. Das conversas do Paixão e do *Klinger* com os parceiros da Fundação João Pinheiro, surgiu a ideia que a polícia deveria ser formada fora das academias de polícia. A Fundação João Pinheiro passou a organizar os cursos da PMMG por volta de 1987, 1988. (LIMA & RATTON, 2011, p.288).

Oriundo da segunda geração dos pioneiros das ciências sociais, Beato destaca no legado de Paixão a importância do trabalho em equipe nos laboratórios de pesquisa. No Brasil, geralmente, esses laboratórios produzem pesquisas de forma solitária e artesanal. Para ele, os novos tempos exigiram novas estratégias e novos profissionais, além de uma colaboração interdisciplinar e tecnológica intensa. Esse foi um dos grandes legados para a constituição do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) que colaborou diretamente com a formatação da política estadual mineira.

Para conter as taxas de crimes violentos que aumentavam desde a década de 1990, o governo de Minas Gerais, em parceria com o CRISP, a Fundação João Pinheiro e outras instituições, criou no ano de 2003 um novo programa de gerenciamento das políticas de segurança

pública. Esse modelo foi elaborado dentro do plano de governo mais amplo denominado *Choque de Gestão* do recém-eleito governador Aécio Neves (PSDB) cujo objetivo principal de todos os setores do governo estadual era diminuir os gastos públicos para se atingir a meta do déficit zero. A exceção aos cortes de gastos estava no campo da segurança pública, foi a única secretaria com planejamento inicial de investimento. No livro *Aécio Neves: de facto e de jure* (2005), a autora Ana Vasco descreve a estratégica política do governador no campo da segurança pública.

A insegurança já havia tomado conta da população de Minas Gerais quando Aécio Neves assumiu o governo, em janeiro de 2003. Em todo o Estado, os índices de criminalidade eram altíssimos, as taxas de homicídio alarmantes e o sistema prisional era completamente deficiente. Com falta de vagas em penitenciárias, cerca de 80% dos detentos cumpriam pena em cadeias públicas ou distritos policiais. Essa lotação afetava muito as atividades policiais no Estado, impedindo a implementação de programas eficazes de combate ao crime e à violência. Observando esse cenário e ouvindo a opinião de sua equipe, o governador tomou uma decisão: apesar de todas as áreas de seu governo sofrerem cortes orçamentários para ajuste das contas do Estado, as ações de segurança pública não seriam prejudicadas. Ao contrário o governo buscava novos investimentos para pôr em prática um plano de ação, com 18 projetos, que visava reduzir a criminalidade em Minas, fazer a população participar do trabalho de prevenção e modernizar as instituições e a gestão na área de segurança pública (VASCO, 2005, pp. 178-179).

Nesse contexto político e científico favorável, o governo estadual de Minas Gerais criou uma metodologia gerencial da segurança pública mineira classificando aglomerados, periferias e favelas com altos índices de crimes violentos como *áreas de risco*:

Estudos de segurança pública no mundo inteiro demonstram que o crime se distribui espacialmente de forma muito desigual. Sabe-se que determinados lugares vivenciam de forma mais concentrada situações de violência e, principalmente, as periferias mais pobres são marcadas por maior concentração de processos de criminalização. Por isso é fundamental, quando da implantação de estratégias de prevenção, conhecer a distribuição espacial das violências e criminalidades, a partir de geoprocessamento e georeferenciamento de informações, que possam orientar estratégias locais de acordo com a realidade sócio-espacial (LEITE, 2007, p. 34).

Nessa perspectiva a relação entre criminalidade e distribuição sócio-espacial da população é interpretada como um dos principais problemas sociais da criminalidade nas cidades mineiras. Neves descreve em seu artigo *Manual prático da morte: a dimensão da letalidade juvenil* (2009) como a corrente teórica da ecologia do crime oferecia um conjunto de explicações para esses fatores

ambientais. Discussões sobre criminalidade e cidade oriunda da escola de Chicago seguiu, na década de 1940, um caminho conceitual com destaque para a teoria da desorganização social:

Os estudos que culminam na construção da teoria da desorganização social têm origem, como vimos na escola de Chicago, com os pesquisadores Clifford Shaw e Henry McKay. Esses autores realizam um amplo estudo na cidade de Chicago com o intuito de averiguar as possíveis causas das altas taxas de violência e criminalidade naquela localidade. A partir da pesquisa realizada, concluem que a criminalidade violenta incide com maior frequência nos bairros pobres e deteriorados de Chicago. A partir dessas tendências, os autores associaram o surgimento desses fenômenos à desorganização social e à dificuldade que essas comunidades apresentaram em conceber valores comuns e laços sociais. Esses elementos dificultariam o controle efetivo do comportamento dos membros das comunidades. Além disso, na pesquisa, também foi possível averiguar que as comunidades com alta incidência de criminalidade, além de serem marcadas pela pobreza e deterioração, eram compostas por um conjunto significativo de minorias étnicas que assim que possível se mudariam para localidades com melhores condições de vida. Pobreza, degradação, alta rotatividade residencial e heterogeneidade étnica, são para esses autores, que compunham um quadro que impossibilitava o estabelecimento de valores e concepções de vida comuns. Em decorrência disso, para eles, nesses locais, os mecanismos de controle social eram frágeis, o que não oferecia muitos obstáculos para o surgimento de altas taxas de criminalidade (NEVES, 2009, p. 185).

Segundo essa perspectiva, ao invés de priorizar a associação direta entre pobreza e criminalidade, tal argumento faz uma conexão de sentido entre crimes e localidades pobres desestruturadas. Em Belo Horizonte, o gerenciamento armado de disputa pelo comércio das drogas ilícitas por gangues, o consumo do *crack*, os mecanismos frágeis de controle social sobre os jovens, os crimes violentos, sobretudo, os homicídios ocorrem com maior probabilidade nessas localidades denominadas de aglomerados. Dessa forma, o crime e a pobreza apresentariam causalidades quando houvesse problemas de coesão social no território por falta de um controle social em moldes parecidos com o que ocorria na cidade de Chicago. Com a falta de controle social, as gangues tiveram grande liberdade para ações ilícitas assumindo o controle desses territórios.

Para Beato e Peixoto (2005) a explicação ecológica do crime oriunda da escola de Chicago deveria passar por dois eixos sociológicos: 1) as teorias da desordem física; 2) as teorias de desordem social. A primeira faz a conexão de crimes às características físicas das localidades, como prédios degradados, lotes vagos, tais ações criminosas geradoras da desordem física são denominadas como problemas das “janelas quebradas”. Com o passar do tempo sem medidas de controle social e com a desordem instalada as pessoas têm a liberdade de cometer crimes mais sérios. A segunda teoria está calculada na capacidade da população em supervisionar os seus membros, sendo esse controle exercido através de interações sociais exercidos por organizações sociais formais como comitês, clubes, instituições religiosas, Ongs, etc.

A análise ecológica da distribuição dos delitos criminais em centros urbanos conduz-nos a algumas questões de natureza teórica e de natureza prática. Em termos práticos, a questão é: por que alguns bairros e localidades de uma cidade tem altas taxas de criminalidade? Teoricamente, a literatura que lida com a hipótese da desagregação social debita essa maior incidência às características socioeconômicas das comunidades, cidades, bairros e vizinhanças. Na realidade esse mecanismo de causação não se dá de forma direta, mas como resultado do fato de áreas com maior privação relativa e absoluta provocarem incrementos de mobilidade e heterogeneidade populacional, conduzindo assim a um enfraquecimento dos laços tradicionais de controle social e, conseqüentemente, a um maior número de crimes. Contudo, evidências empíricas mostram que existem lugares em uma cidade que apresentam alta incidência de delitos cuja explicação não se dá apenas pelas características de suas populações. Existe algo a mais que se relaciona às características ambientais que podem estar favorecendo essa incidência de atividades criminosas. Uma abordagem sociológica deverá conter esses traços de lugares e grupos, em vez de focar apenas nas características dos indivíduos ou grupos sociais (BEATO & PEIXOTO, 2005, p.169).

Seguindo essa tendência ecológica da criminalidade, estudos de Beato, Silva e Silveira (2008) demonstraram como o crescimento dos homicídios na capital mineira não ocorreu de maneira homogênea. Se os números absolutos de homicídio da cidade cresceram em mais de 100%, esse crescimento concentrou-se apenas em seis áreas de aglomerados urbanos, sugerindo assim, segundo o pesquisador, um efeito de *implosão espacial de mortes violentas* em Belo Horizonte. Ao mesmo tempo, o autor menciona como medidas sistêmicas de políticas de prevenção à criminalidade conseguiriam diminuir os elevados índices de homicídios modificando a ordem social desses territórios vulneráveis.

Gráfico referente às taxas de homicídios no Morro das Pedras, nos aglomerados da cidade e nos bairros durante o ano de 2000 a 2005 permite visualizar o impacto do Programa Fica Vivo. É importante ressaltar que o programa foi implantado a partir do mês de agosto de 2002 no aglomerado Morro das Pedras, com o objetivo de reduzir os elevados índices de homicídios nesta área. No que diz respeito às taxas de homicídio nesse local, no período de agosto a dezembro de 2002 (41,91 por 100 mil pessoas) verifica-se uma redução de 25% com relação à taxa de homicídio no mesmo período do ano de 2001 (55,88 por 100 mil pessoas). Ainda é interessante observar o quanto este programa foi impactante na redução das mortes se analisarmos os valores da taxa de homicídios nos dois períodos do ano de 2003, momento em que o programa fica sem uma coordenação ou mesmo sem a continuidade das atividades desenvolvidas a partir da sua implementação. Nesse caso, há um crescimento gradativo das taxas, passando para 48,90 por 100 mil pessoas nos meses de janeiro a julho de 2003 e alcançando a cifra de 55,88 por 100 mil pessoas nos meses de agosto a dezembro desse mesmo ano (BEATO, SILVA & SILVEIRA, 2008, p.84).

Através dos números apresentados os pesquisadores corroboram a eficácia do Programa Controle de Homicídios Fica Vivo! Esse programa se tornou premiado, de grande sucesso e

repercussão internacional, com a publicação de boletins e artigos científicos demonstrando que em apenas seis meses de sua instalação o número de homicídios foi reduzido em 25%. No período de 2003, elencado pelos autores como período de abandono do programa, os números de homicídios foram aumentando até atingir, no segundo semestre, o exato crescimento de 25%. Os pesquisadores ainda mencionam que se compararmos a área de extensão de 300 metros no entorno do aglomerado os resultados são ainda mais expressivos. No período de agosto a dezembro de 2002 houve uma diminuição de 50% nos homicídios. Apesar das pesquisas publicadas mencionarem quase que de forma exclusiva o Programa Fica Vivo como a grande política de redução dos homicídios, como dito, os programas de prevenção à criminalidade tiveram sua construção nesses aglomerados amparada por todo um modelo sistêmico.

Em Minas Gerais, essa política sistêmica também seguiu um modelo oriundo do campo da epidemiologia, nas quais as iniciativas incidem em uma escala com três grandezas. Chamadas de ações primárias, secundárias e terciárias cada uma dessas grandezas pretendeu gerir de maneira complementar iniciativas sobre nichos de segmentos populacionais distintos. O Programa Mediação de Conflitos e o Programa Fica Vivo foram os programas primários, alojados nos Centros de Prevenção à Criminalidade (CPCs) que trabalham com a população classificada de área de risco. Os dois programas possuem um alto vínculo sendo que o Programa Fica Vivo atua na faixa etária juvenil e o Programa Mediação de Conflitos com toda a faixa etária populacional desses territórios. A Central de Penas Alternativas (CEAPA) é o programa de caráter secundário por atender pessoas que prestam medidas de penas alternativas ou pecuniárias. O Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) é o programa de caráter terciário cujo objetivo é atender pessoas egressas do sistema prisional, familiares e agregados. Geralmente, o CEAPA e o PrEsp ficam alojados nos CPCs de base municipal, mas também realizam ações nos CPCs locais.

Com o objetivo de envolver e relacionar o governo estadual com as prefeituras locais, nos termos de parceria estas são as responsáveis por subsidiar as condições estruturais dos CPCs, enquanto que o governo estadual fica responsável pelo desenvolvimento da política de segurança. Alguns convênios com organizações não governamentais foram celebrados pela secretaria. Dentre eles, destacou-se o convênio com o Instituto Elo, instituição do terceiro setor que realiza a gestão dos programas de prevenção à criminalidade. Toda a parte executiva desses programas como a contratação de gestores, técnicos sociais, administrativos, oficineiros, incluindo as celebrações dos convênios locais com as prefeituras, foi terceirizada para o instituto.

Em síntese, os gestores sociais são os responsáveis pelo funcionamento do CPCs municipais e locais, bem como os fomentadores das redes sociais em toda a cidade e nas localidades

consideradas áreas de risco. Os técnicos sociais são os funcionários responsáveis pela sistematização, ação e monitoramento da metodologia de cada programa. Os oficinairos são os agentes que realizam atividades com jovens de 14 a 25 anos, essas atividades são artísticas, esportivas e de qualificação profissional. Adjunto ao aspecto sistêmico das políticas sociais focadas na proteção social da prevenção à criminalidade, a aplicação de ações de intervenção estratégica visava constituir governos de repressão qualificada. Segundo Beato e Peixoto (2005), além de ser muito recente a discussão acerca de modelos de prevenção à criminalidade, na prática há uma oscilação entre esses dois polos antagônicos quase nunca trabalhados de forma integrada:

Programas e políticas são concebidos num movimento pendular que ora oscila na direção das reformas sociais de grande escala, ora pende para o uso intensivo de estratégias policiais, repressivas e punitivas. Posto dessa maneira, a contradição entre eles se torna visível não obstante engenhosas retóricas que visam a compatibilizá-los. Políticas repressivas supõem estratégias e programas centrados nas organizações do sistema de justiça criminal, em especial a polícia, que visam a incrementar sua eficiência embora não se saiba muito bem como avaliá-la. Políticas sociais, por sua vez, tem que encarar com clareza a tensão que se coloca entre objetivos que precisam ser universalmente postos, e a necessidade de ações focalizadas a partir de incidência de criminalidade. Contudo, a tensão expressa nessa oposição não tem produzido bons resultados, indicando claramente deficiências de ordem cognitiva que orientam as premissas subjacentes a essas abordagens (BEATO & PEIXOTO, 2005, p.170).

Para acabar com essa polarização, o governo estadual criou uma articulação entre a rede de proteção social e a repressão qualificada da PMMG, constituída com o modelo do Grupo Especializado de Policiamento em Área de Risco (GEPAR). Inspirado no Grupo de Policiamento de Áreas Especiais do Rio de Janeiro (GPAE), criado no ano 2000, o agrupamento mineiro tem como objetivo principal articular estratégias de polícia comunitária, repressão policial e prevenção da criminalidade em bairros denominados de área de risco. No eixo da proteção social, um dos objetivos principais das equipes dos CPCs locais é fomentar as redes sociais de acessos a serviços básicos para os usuários dos programas. Dentre os vários objetivos as redes protetivas está uma articulação complementar para os usuários acessarem, por meio de encaminhamentos, outros tipos de serviços públicos, tais como jurídicos, educacionais, de saúde, artísticos, esportivos, etc.

Portanto, dessa articulação de paradigmas diferentes no que tange o pensamento social da prevenção à criminalidade o governo mineiro criou um grande desafio em tentar mobilizar essas instituições com filosofias bem distintas para as cidades de médio porte do interior. Nesse contexto, um dos objetivos específicos da pesquisa foi o de confrontar os procedimentos normativos e metodológicos da SEDS com as práticas sociais dos seus profissionais em Uberlândia, cidade que

fica há quase 550 km de distância da capital. O município situado no Triângulo Mineiro é a segunda maior população de Minas Gerais estimada, em 2017, em quase 680.000 habitantes.

A profusão das políticas de prevenção à criminalidade para o interior de Minas Gerais: o caso de Uberlândia

Os programas de prevenção à criminalidade em Minas Gerais se ampliaram, ganhando lenta profusão para os municípios do interior do Estado. Em 2008, a SEDS contava com 21 CPCs de base local, sendo nove em Belo Horizonte, sete na região metropolitana e apenas cinco nas demais cidades do interior – Montes Claros, Governador Valadares, Ipatinga, Uberlândia e Uberaba. Dessa forma, a concentração na capital e região metropolitana e a profusão homeopática para as cidades interioranas de outras regiões fizeram das políticas de segurança pública estaduais ações governamentais assimétricas entre as cidades mais populosas do Estado.

Cabe ressaltar, por outro lado, que a implementação da política estadual de segurança pública concentrou-se em boa medida nos municípios que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Houve uma nítida focalização dos investimentos e projetos nessa região do estado, principalmente no eixo da integração das organizações policiais e da prevenção social da criminalidade (SAPORI, 2007, p.153).

Além desse problema de infraestrutura básica, outro problema foi a metodologia dos diagnósticos da prevenção à criminalidade. Tendo como modelo piloto Belo Horizonte, cuja população em muitas localidades pobres vive em aglomerados com altos índices de adensamento populacional, os gestores da SEDS encontraram outras realidades territoriais. No município de Uberlândia, por exemplo, as características geográficas, de planejamento urbano e da ocupação populacional, a partir de longos espaçamentos territoriais, formaram uma população urbana com baixo adensamento e maior dispersão espacial.

Portanto, os bairros classificados como áreas de risco no município, foram localidades que abrigaram conjuntos habitacionais, ocupações e invasões, constituídas por grandes áreas vazias, terrenos baldios, áreas sitiadas e pequenas fazendas. As localidades são planas, possuem acessos fáceis e possibilidade da livre circulação de automóveis e pessoas nas ruas. Com esse modelo urbano e geográfico, a cidade não configurou nenhuma região de aglomerados, situados principalmente em morros ou localidades com barreiras naturais que impeçam o fluxo de transeuntes e o deslocamento de veículos. Em Belo Horizonte, por exemplo, houve a necessidade de veículos especiais para o patrulhamento em certos aglomerados.

Ademais, em Uberlândia, a distribuição espacial da criminalidade, envolvendo os crimes violentos, o tráfico e o uso de drogas, também apresentou uma dispersão espacial (Santos, 2012). Ao sistematizar as séries históricas do conjunto dos tipos de crimes violentos (roubo, estupro e homicídios), entre os anos de 1999 e 2010, verifica-se que houve na região central mais de 24 mil ocorrências, seguida do setor sul com quase 14 mil ocorrências, leste com mais de 12 mil, oeste com mais de 9 mil e norte com mais de 8 mil.

De acordo com a pesquisa, ao desmembrarmos os dados absolutos dos três tipos de crimes violentos, conclui-se que esses dados gerais correspondem de maneira expressiva ao tipo roubo, face aos tipos de homicídio e estupro, cujos registros de ocorrências são bem inferiores. Em termos de registros absolutos nesses 11 anos, dos 67.475 crimes violentos registrados, houve um total de 66.219 ocorrências de roubos, face aos 838 registros de homicídios e 418 registros de estupros. Em Uberlândia, os roubos concentram-se nas regiões centrais e comerciais. De acordo com os registros da pesquisadora, o maior número de roubos contabilizados está no centro, seguido de bairros comerciais localizados no seu entorno, com grande fluxo de transeuntes e veículos como os bairros Martins, Santa Mônica, Tibery, Presidente Roosevelt, Brasil e Nossa Senhora da Aparecida. Importante ressaltar que as periferias consideradas perigosas, mesmo com um alto número populacional, possuem números absolutos baixos no que tange os registros policiais de roubos.

Da mesma forma, percebe-se que o escopo territorial de apreensão por tráfico de drogas em números absolutos na cidade também gerou uma dispersão espacial. Observando a relação entre a apreensão de drogas por tráfico por bairros, percebe-se como a pulverização dos registros policiais na cidade é extenso. Assim, importante inferir como esses dados demonstram uma difusão do consumo e do comércio desses bens ilícitos, em bairros periféricos e centrais, populares e classe média.

Com exceção do bairro Lagoinha, com 19.9/1000 hab. A taxa média está dispersa em 22 bairros, muitos deles centrais e comerciais, com taxas entre 6.05/1000hab. e 19.8/1000hab. Importante ressaltar como os dados absolutos e as taxas populacionais dos bairros demonstram a difusão do consumo e do comércio desses bens ilícitos. Em suma, o registro do tráfico de drogas na cidade é muito amplo, englobando de forma mais intensa os bairros periféricos com alto número de homicídios e, de forma um pouco menos intensa, outros bairros periféricos e bairros comerciais com alta incidência de roubos.

Outros mapas construídos pela pesquisadora no que se refere aos crimes de homicídio, roubos e apreensão para o consumo de drogas, praticados na cidade entre 1999 e 2010, também demonstraram uma tendência das ações criminais registradas pela Polícia Militar à dispersão

territorial. Assim, esses números desvelam como o contexto urbano de Uberlândia apresentou uma realidade diferente em sua ecologia do crime se comparados ao contexto de Belo Horizonte.

Foi nesse contexto que em 2005, a SEDS em parceria com a Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU) e o Instituto Elo, efetuou estudos na cidade com objetivo de implantar os CPCs no município. A cidade acolheu um de base local situado no centro e outro de base territorial nos bairros mencionados do setor leste. O CPC de base local recebeu o Programa Controle de Homicídios Fica Vivo e a colaboração do GEPAR. Após dois meses, outra localidade, o bairro Jardim Canaã foi o segundo bairro classificado como área de risco. Nessa localidade houve a efetivação apenas do policiamento do GEPAR. Parte da população e dos próprios policiais do grupamento que ali atuavam se mobilizaram para pleitear um CPC e as oficinas do Programa Fica Vivo na localidade. Somente em 2015 o bairro Jardim Canaã recebeu a segunda base territorial na cidade.

Enquanto isso, no outro lado da cidade, na região do Canaã começava a aparecer [mais homicídios]. O próprio GEPAR do Canaã, lá já tinha um GEPAR há muito tempo, tinha um comandante lá, mas não me lembro o nome dele. E ele chegou a apresentar para a gente, ele chegou lá na equipe técnica, não agendou nada, e falou para a gente: “Eu queria saber como eu faço para comunicar com o pessoal de BH, através de vocês”. Eu fiquei surpresa né, ele veio lá do Canaã para falar com a gente. Ah, eu sou comandante do GEPAR de lá, e a gente precisa do Fica Vivo lá. Isso, acho que foi em 2008 que ele teve essa conversa com a gente, a gente ainda estava na sede antiga da Calixto Milken. E ele levou um calhamaço de coisas que ele juntou sabe, tipo querendo comprovar, dados que comprovassem que o Canaã merecia ter uma equipe do Fica Vivo. “A gente precisa da base social lá, que não tem. Tem uma Ong ou outra, mas não tem uma coisa organizada”. E ele já tinha participado de capacitações em BH e veio falando muito bem de lá, que tinha uma orientação metodológica e a distância e ele queria implementar isso lá e só agora que está chegando, por isso eu acho um pouco tardio em relação ao tempo que o pessoal de lá vinha apontando isso, né.

5

Em 2006, a classificação das áreas de risco foi se expandindo no município de Uberlândia, até atingir os quatro setores periféricos da cidade. Morumbi e bairros irregulares no setor leste, Jardim Canaã no setor oeste, bairro São Jorge no setor sul e bairro Tocantins no setor norte. No ano seguinte, as classificações se expandiram para outras localidades e bairros circunvizinhos. Com exceção do setor leste que acolheu um Centro de Prevenção à Criminalidade, todos os bairros foram policiados pelo GEPAR, mas não desenvolveram o eixo das redes de proteção e prevenção social.

⁵ Entrevista feita com técnica social do Programa Fica Vivo! realizada no dia 12 de setembro de 2013.

Nesse cenário teórico e de gestão do governo estadual, na longínqua cidade interiorana houve uma primazia por parte das instituições do governo estadual da repressão qualificada em relação à proteção social. Na prática, a implantação das novas medidas de segurança pública levou para os bairros periféricos pobres de Uberlândia o policiamento, desvinculado da metodologia preventiva proposta de constituir uma relação dialética com as redes protetivas. Sem os CPCs, os programas primários e as redes de proteção social, a repressão qualificada também ficou parcialmente fraturada pela ausência das equipes sociais e da constituição das redes de proteção social, realizadas pela gestão e técnicos sociais dos programas primários de prevenção. Pode-se dizer assim que a repressão praticada foi uma repressão meio-qualificada!

Se tomarmos ainda a experiência inicial do CPC local do bairro Morumbi, dentre as dificuldades mais explicitadas pelos gestores e técnicos sociais ao trabalho do Programa Fica Vivo, foi a sua execução sem a constituição do Programa Mediação de Conflitos.

É uma equipe pequena só eu e ele, agora funcionaria melhor e aí quando você for em Uberaba vai ver isso, por causa do Mediação de Conflitos. Todas essas demandas que chegam você pode dividir entre quatro pessoas, porque você teria mais dois técnicos atuando na Mediação de Conflitos. E aí necessariamente um do direito, até para poder fazer essa mediação de conflito do micro: “Ah, minha galinha voou para a casa do vizinho, eu quero pegar ela de volta”. Aí tem um advogado para resolver, a questão da separação, divórcio... A gente acaba ligando para uma colega nossa que é advogada do PrEsp para ela estar assessorando a gente, porque não temos essa bagagem, sabe. E mesmo assim não nos compete. Você começa a ocupar outras lacunas e acaba prejudicando que uma política pública possa ocupar de fato atribuições de sua competência⁶.

Como os programas de prevenção estão ligados de maneira sistêmica, e os dois programas ainda mais pelas características de prevenção primária, a execução das várias tarefas cotidianas, principalmente dos técnicos sociais, em alguns casos ficavam sobrecarregadas ou duplicavam. À época da inclusão do Programa Mediação de Conflitos no CPC do bairro Morumbi os técnicos sociais do Programa Fica Vivo comemoraram bastante a chegada dessa nova equipe que propiciou ações em conjunto, articulando o jovem à família.

Então a política de prevenção à criminalidade não é formada apenas pelo Fica Vivo, tem o PrEsp, o CEAPA e o Mediação de Conflitos. O Mediação de Conflitos também é de base territorial, lá em Uberaba você encontra o Mediação de Conflitos, aqui a gente tem essa carência. Por uma questão política, acreditava-se que o PISC [Programa de Inclusão Social] na época realizava o serviço que o Mediação faz. Depois o PISC vira CRAS [Centro de Referência em Assistência Social] e perde esse caráter de mediação. O Mediação de Conflitos vai atender a faixa-etária que o Fica Vivo não atende, são os pais. Que o nosso público é

⁶ Entrevista realizada com o técnico social do Programa Fica Vivo, no dia 28 de dezembro de 2012.

circunscrito, ele é bem circunscrito é território e idade, né. Então, você tem de doze a vinte quatro anos em uma determinada região, acima disso a gente pode acolher, mas não é o nosso foco. O pai de um menino está com problemas com vizinhos, ele pode até vir, mas nós vamos encaminhar para o CRAS⁷.

Dessa maneira, pelo problema de um pacto federativo entre a prefeitura que não permitiu a implantação do programa estadual por ter um programa parecido no município, mas que meses depois foi desativado, o Programa Mediação de Conflitos só foi incorporado tardiamente, em outubro de 2012.

Com um quadro de profissionais qualificados entre os técnicos sociais, gestores sociais e oficineiros, o CPCs de Uberlândia, apesar de algumas dificuldades, conseguiu fomentar uma série de eventos, ações de prevenção à criminalidade, oficinas voltadas para as esferas produtiva, lúdica, artística e esportiva. Além dessas execuções, esses profissionais criaram a *Rede Leste* que, apesar de alguns recuos e refluxos ao longo de sua história, constituiu uma importante rede de proteção social de Ong's que reúne, discute e fomenta uma série de ações coletivas políticas e culturais nas localidades do setor. Importante ressaltar que em 2014, inspirado na Rede Leste houve a criação da rede de proteção social no bairro Jardim Canaã, a *Rede Oeste*. A iniciativa fomentada por moradores foi implantada antes mesmo dos programas de prevenção à criminalidade aportarem com uma base local no bairro.

Determinismos geográfico e biológico na administração do crime em Uberlândia

Apesar dos dados estatísticos identificarem uma ecologia do crime dispersa pelos espaços urbanos de Uberlândia, as interpretações de jornalistas, agentes da segurança pública e policiais classificaram ao longo desses anos certos bairros da cidade como *territórios do tráfico*.

A reportagem intitulada *Consumo de Drogas: seis bairros formam o anel do crime*, publicada pelo jornal Correio de Uberlândia (MOTA, 2015), apresentou uma análise da Polícia Civil (PC) que reforça o discurso e o ponto de vista das classificações territoriais da criminalidade amparadas na teoria da desorganização social: “os bairros Morumbi, Dom Almir, São Jorge, Canaã, Esperança e Lagoinha formam o que a Polícia Civil de Uberlândia chama de ‘anel do crime’ por causa do alto índice de tráfico e consumo de drogas registrados nessas comunidades”.

Assim, as ações das polícias ao combinar a classificação de anel da criminalidade da Polícia Civil com a classificação de área de risco da Polícia Militar criaram relações complementares,

⁷ Entrevista realizada com o técnico social do Programa Fica Vivo, no dia 18 de dezembro de 2012.

mesmo que inconscientes, cuja equação institucional pode ser sintetizada: *o conjunto de bairros áreas de risco integra o anel da criminalidade*.

Ademais, ao classificar tais bairros das periferias pobres como territórios do tráfico, áreas de risco ou anel da criminalidade, os dispositivos preventivos e repressivos de policiamento, baseados nesses mapas criminológicos, criaram um ciclo vicioso em potencial para as localidades enquadradas. Logo, o grupamento do GEPAR com sua missão focada no combate do uso, tráfico de drogas e homicídios, através de protocolos de policiamento de resultados, aumentou de forma sem precedente a probabilidade de esses registros ocorrerem com os jovens dessas localidades. No que se refere ao consumo e comércio de drogas, os registros dessas estatísticas na prática geram uma interpretação menos focada nas apreensões de drogas sobre outros bairros, sobretudo de classe média e alta, além de instituições públicas e privadas – como escolas, universidades, bares, boates, festas em repúblicas, eventos em praças públicas – espaços urbanos isentos de policiamentos com esses protocolos.

Vale se atentar aos principais alvos dessas políticas de segurança pública desde sua origem em Belo Horizonte. As ações científicas amparadas em procedimentos teóricos e metodológicos geraram efeitos colaterais que incutiram *determinismos geográficos*⁸ (BOAS, 2007) nessas localidades. Diferente do jovem de outros bairros, o jovem, geralmente, negro habitante da área de risco possui um sistema de vigilância especializado e qualificado que, em muitos casos, repercute na sua vida cotidiana. Todavia, apesar dos esforços microsociais dessas instituições de prevenção à criminalidade, seus efeitos foram muito efêmeros e homeopáticos em relação ao contexto macrossocial da repressão qualificada. Com o processo de segmentação das áreas de risco nas periferias da cidade, sendo atendido quase que exclusivamente pelo policiamento do GEPAR, o resultado foi um tipo de gestão do controle do crime que acelerou e elevou o encarceramento juvenil na cidade.

A reportagem intitulada *Jovens Presos em Uberlândia aumentam 1300% em 10 anos* realizada pela jornalista Layla Tavares, publicada no jornal Correio de Uberlândia, do dia 15 de setembro de 2015, apresentou os seguintes números:

⁸ Ao desconstruir a perspectiva evolucionista na antropologia, teoria que desenvolveu noções hierárquicas entre seres humanos colocando os valores europeus e Iluministas como superiores aos outros povos, o antropólogo Franz Boas descreveu que em muitas pesquisas esses antropólogos descreviam que certos condicionantes geográficos determinavam o comportamento, o grau cognitivo e os aspectos morais de suas populações como superiores ou inferiores. O determinismo biológico seria a classificação genética dessas diferenças hierárquicas. Atribuem aos aspectos genéticos capacidades inatas hierárquicas que as pessoas teriam de se comportar em sociedade. Em síntese, os homens teriam atributos cognitivos e morais superiores às mulheres, os brancos em relação aos negros, os adultos em relação aos idosos e crianças. No caso da sociedade brasileira, a perspectiva evolucionista adentrou como ciência, governo e projeto de nação, cuja pretensão seria o processo de *branqueamento da nação* (SCHWARCZ, 1993)

A quantidade de jovens entre 18 e 29 anos presos em Uberlândia aumentou mais de 1300% nos últimos 10 anos. No mesmo período, entre 2005 e 2015, a população carcerária da cidade cresceu 142%. Atualmente, a Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga e o Presídio Professor Jacy de Assis abrigam 2.743 pessoas, das quais 1.548 (56,4%) são jovens. Os dados são da Secretaria de Segurança Social de Minas Gerais. De acordo com o Estatuto da Juventude, pessoas com idade entre 18 e 29 anos são jovens (TAVARES, 2015).

Nesse aspecto Uberlândia segue a tendência brasileira de um *determinismo biológico* do encarceramento juvenil, sendo registrado na cidade a mesma taxa nacional de um total de 56% da população carcerária. A diferença está na velocidade, enquanto a média nacional foi aumentando em uma série histórica maior, segundo os dados do relatório do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen) o crescimento da população dessa faixa etária na cidade foi sete vezes mais acelerado à média nacional.

Conforme dados contidos no relatório do Infopen (Sistema Integrado de Informações Penitenciárias), divulgado no fim de junho, pelo Ministério da Justiça, a porcentagem de jovens de 18 a 29 anos entre a população encarcerada no Brasil coincide com o número registrado nas unidades prisionais de Uberlândia – 56%. O crescimento nacional, porém, foi em menor escala. Enquanto em Uberlândia, de 2005 a 2014, a quantidade de jovens desta faixa etária encarcerados cresceu mais de 1300% no País, de 2005 a 2013 (último dado nacional disponível), o aumento foi de 177,9% (TAVARES, 2015).

Apesar da reportagem não trazer uma discussão mais detalhada da relação entre o número da população carcerária e a raça/etnia, apresentou um quadro que descreve o cruzamento destas categorias na série histórica entre 2005 e 2014.

Tabela 1. População Carcerária da cidade de Uberlândia: 2005-2014.

Gênero	2005	2014
Feminino	70	124
Masculino	1.063	2.373
Cor	2005	2014
Amarela	15	14
Branca	491	920
Parda	459	1.147
Preta	168	416

Fonte: (TAVARES, 2015).

Em 2014, houve o aumento de 249% da população negra encarcerada em relação a 2005, enquanto a população branca subiu 187%. Diante dessa conexão de sentido os aspectos macrossociais do conjunto desses dados apresentados sobre a população carcerária na cidade, a implementação de “policiamentos comunitários” com ênfase na repressão qualificada e os aspectos microsociais da implementação homeopática dos programas estaduais nas periferias, conclui-se que o controle do crime pelas instituições de segurança pública mineira no município de Uberlândia corrobora a tendência estadual e nacional do racismo institucional, cuja seletividade esta majoritariamente na vigilância de localidades habitadas por jovens negros do gênero masculino.

Os modelos de mercados de consumo e compra de drogas ilícitas

Apesar dos dados apresentados, o percurso etnográfico da pesquisa (BONESSO, 2018) descreveu outros três modelos de mercados de drogas, além do modelo que ocorre nas regiões periféricas (classificados pelos múltiplos agentes da segurança pública, como áreas de risco ou anéis de criminalidade). O primeiro modelo de tráfico de drogas descrito foi o *político-empresarial*. A pesquisa tomou como base o relatório conclusivo da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico de Minas Gerais, que documentou a acusação a políticos, empresários e servidores da área da segurança pública (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, 2000). No relatório conclusivo da CPI do narcotráfico em Minas Gerais foram apresentados sete casos investigados: i) o caso Fernando Beiramar: a crônica de uma fuga anunciada; ii) investigando o narcotráfico em Governador Valadares: a droga no saco de pão; iii) investigando em Montes Claros: os caminhos das drogas; iv) Ipaba e Governador Valadares: o sistema penitenciário mais uma vez; v) a droga no Triângulo Mineiro; vi) o caso de Contagem: as drogas no supermercado; vii) a Divisão de Tóxicos e Entorpecentes e as tentativas de cercear os trabalhos da CPI. No quinto caso

Em uma das maiores seções da CPI em Uberlândia, um informante da Polícia Civil acusou policiais da cidade, em especial um inspetor, de inúmeras atividades ligadas ao tráfico de drogas e a outros crimes correlatos. Do documento ainda consta o depoimento de um preso acusando o referido inspetor, outros policiais e um advogado de extorquir um veículo popular de sua propriedade. A esposa de um traficante acusou o mesmo inspetor de extorquir frequentemente de seu marido. Entre as acusações contra esse e outros agentes da segurança pública estavam: i) ligação com criminosos, dando proteção em troca de vantagem financeira; entre os protegidos do policial, estaria um receptor de cargas roubadas; ii) o patrimônio do referido policial e de seus familiares

seria, muitas vezes, superior à sua capacidade financeira; iii) realização, por outros policiais, de escolta de carga de cocaína para um traficante; v) participação dos policiais militares em ilegalidades. Em outras cidades da região policiais civis, policiais militares, fazendeiros, prefeitos, vereadores também foram acusados, sendo que alguns presos em função das ações da CPI.

O segundo modelo foi o da *rota caipira*, que desvelou mercados das drogas nas fazendas via transporte aéreo, descobertos por operações da Polícia Federal e publicados pela imprensa local. Região de divisa com o estado de São Paulo e relativamente distante da capital mineira, o Triângulo Mineiro⁹ sofreu uma forte influência paulista também nos mercados das drogas distribuídas no atacado e varejo. Com forte difusão no interior paulista, o modelo da rota caipira (PERALVA; GALLO; SINHORETTO, 2012) utiliza aviões de pequeno porte e as fazendas como áreas para o pouso e descarregamento de pequenos e grandes lotes de drogas. Esse *modus operandi* de distribuição aérea da droga se deslocou para as cidades da região, não apenas para abastecer o mercado interno do Triângulo Mineiro, mas também como entreposto para cidades e unidades federativas mais distantes.

O terceiro modelo é o *cult*, com mercados envolvendo a população artística, intelectual universitária, de classe média e alta das cidades. Desde a década de 1990, no espaço de convivência conhecido como Jambolão, situado entre os blocos das Ciências Humanas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), o local é utilizado como um espaço público de uso e comércio de drogas, sobretudo de maconha. Mesmo sendo uma prática habitual, vale mencionar que a maioria das pessoas que utilizava a área de convivência não era usuária de drogas. Dessa forma, o uso de substâncias ilegais no espaço, muitas vezes, foi normatizada por alunos não usuários, professores, seguranças públicos, funcionários terceirizados e demais autoridades que possuíam conhecimento sobre os hábitos ilegais, mas mantinham boa convivência com os alunos que frequentavam o local até os primeiros anos do século XXI. Por volta de 2010, alguns roubos e sequestros que ocorreram na universidade fizeram com que houvesse repressões policiais dentro dessa microárea, gerando uma série de protestos por parte de alunos que eram abordados indevidamente de forma abusiva e, também, elogios de pessoas que desejavam a diminuição das ações de violência, roubo e consumo de drogas no local.

⁹ Por mais que o Triângulo Mineiro tenha um dos melhores indicadores de desenvolvimento urbano e econômico em Minas Gerais, sua localização é marcada por uma região de entreposto, de fronteira, com características geográficas que destoam das demais regiões mineiras: ambiente de cerrado, com territórios mais planos e clima mais seco. Esses aspectos culturais, ao longo do século XX, criaram desejos separatistas. Parte da população, da imprensa e de frações de lideranças políticas trabalharam para criar uma Unidade Federativa separada de Minas Gerais. Mesmo com esse peso do movimento separatista, não há uma negação total dos valores mineiros. Como aponta um grande empresário da cidade de Uberlândia, o *triangulino* pode ser classificado como “um matuto igual goiano, arrojado igual paulista e pensador igual mineiro”.

No início dos anos 2000, outra especificidade na dinâmica criminal começou a ser relatada por moradores: a suposta entrada do PCC nos mercados de drogas das periferias, presídios e penitenciárias das cidades. Na mídia televisiva e impressa, pode-se afirmar que até 2011 havia um tabu em se veicularem notícias relacionadas ao coletivo paulista. Nesse referido ano, apesar de se iniciar a divulgação mais sistemática de notícias, a imprensa local ainda tratava os casos como suposições. Em 2012, a mídia local e o blog do Grupo Especializado de Policiamento em Área de Risco (GEPAR) de Uberlândia não colocavam mais o assunto como tabu, ao relatarem prisões de criminosos com suposto envolvimento ou portando estatuto do comando paulista.

Assim, interpreta-se como os dois primeiros modelos de tráfico de drogas possuem uma associação com uma economia do atacado arregimentada por profissionais liberais de classe média e alta; o terceiro modelo descreve múltiplos mercados do varejo dentro e no entorno da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) realizados por estudantes de classe média e o quarto modelo mescla a economia do atacado e do varejo nos bairros periféricos com mudanças a partir do fortalecimento do Primeiro Comando da Capital (PCC) na região. Além disso, é perceptível como as intersecções entre esses mercados também se tornaram comuns, criando zonas de circularidades entre eles. Por fim, vale ressaltar como a percepção sobre o consumo e tráfico de drogas de segmentos populacionais locais, dos gestores estaduais do controle do crime e dos agentes das polícias locais recaíram apenas sobre a gestão do modelo periférico, sobretudo segundo os dados estatísticos no universo juvenil pobre de meninos negros.

Ademais, a utilização da categoria traficante atinge apenas o modelo periférico, nos outros três modelos ligados à produção, circulação e consumo mesmo quando presos por flagrantes de grandes quantidades as estratificações sociais médias e altas – empresários, agentes da segurança pública, políticos, jovens estudantes – percebe-se que essa categoria não é utilizada nem pela população, nem pela imprensa e nem pelos agentes de justiça.

As *redes* de ações sociais das políticas de prevenção à criminalidade

Ao longo da pesquisa, foram realizadas inúmeras entrevistas, reuniões, visitas e observações etnográficas dos gestores, técnicos sociais e oficinairos dos programas de prevenção à criminalidade, além de outras organizações (públicas, privadas e do 3º setor) que compõe as redes Leste e Oeste. Esses profissionais estão “na ponta” dos programas preventivos se relacionando diretamente com a população classificada como área de risco, sobretudo, com jovens, familiares e outras instituições que formam as *redes locais* de proteção social. Apesar da grande maioria dos

profissionais reconhecerem a residual eficácia de suas ações sociais em relação ao eixo da repressão qualificada da segurança pública e de fato não terem conseguido uma mudança estrutural no atual quadro de encarceramento e da criminalidade na cidade, é inegável que as ações dos técnicos, gestores e, principalmente dos oficinairos do eixo da prevenção à criminalidade são experiências que possuem dimensões capilarizadas que colaboram para uma melhor condição de vida do jovem dessas localidades pobres, de egressos do sistema socioeducativo e prisional.

Apesar dos altos e baixos na mobilização das Redes Leste e da Rede Oeste, suas ações coletivas demonstram a constituição e consolidação de organizações sociais que são preocupadas com os serviços públicos de lazer, educação, saúde, ressocialização e assistência social das populações moradoras das regiões de atuação. Em síntese, percebem que não conseguem uma mudança efetivas nas regiões que atuam, mas consideram que as ações psicossociais “fragmentadas” de atendimento individual aos usuários podem fazer a diferença para um jovem ou uma família que necessita de serviços públicos. Os atendimentos psicossociais em certos casos conseguem inserir o jovem em redes de serviços de proteção social, sobretudo nos campos da saúde, educação e assistência social. Nessas ações coletivas de mobilização encontram-se principalmente os Gestores e Técnicos Sociais dos programas de prevenção à criminalidade Fica Vivo!, Mediação de Conflitos, PrEsp e CEAPA, além das instituições públicas municipais.

“Na ponta da ponta” dos relacionamentos com os jovens classificados como vulneráveis estão os oficinairos do programa Fica Vivo! e de outras ONG’s. Esses oficinairos desenvolvem atividades esportivas, artísticas ou empreendedoras que podem levar a simples recreação momentânea até fazer com que parte do seu público crie um cuidado de si – corporal e de alma – para planejar uma vida saudável ou fora do “mundo do crime”. Alguns oficinairos possuem relações viscerais com a comunidade, independente de terem bolsas¹⁰ ou forem vinculados profissionalmente à ONG’s, instituições privadas e públicas. Muitos deles possuem uma programação à longo prazo e planejada com seus alunos. Dentre essa categoria de oficinairos, muitos levam seus alunos ou parte deles a possuírem *habitus* de disputas, competições, apresentações, *shows* e jogos com calendários previamente definidos que além do cuidado de si, desenvolvem relacionamentos e circulações públicas por toda a cidade (às vezes até em outras cidades e regiões), cuja socialização propicia um processo de *narrativa pública de performances* (BONESSO, 2018). Essas ações sociais são contrárias as ações da maioria da população juvenil

¹⁰ Uma das críticas feita por quase todos os agentes envolvidos nas políticas de prevenção à criminalidade é a remuneração dos oficinairos do Fica Vivo! por meio de bolsas. Muitas entrevistas demonstram a necessidade desse profissional ter um vínculo de trabalho formal para ocorrer uma dedicação compatível com a demanda estipulada nas normativas do Programa Fica Vivo!

dessas regiões que circulam pouco em ambientes públicos fora do bairro, (quiçá no próprio bairro fora das microáreas que habitam).

Considerações Finais: as megaoperações

Ao final da pesquisa em 2015, começa a se realizar uma série de operações e megaoperações que envolveram o Ministério Público Estadual (MPE) e a Polícia Federal no combate ao crime organizado em Uberlândia. No mês de outubro houve a *Operação Catira* que desarticulou uma das principais quadrilhas de roubo de cargas de caminhão da região. Apesar da quadrilha ter o núcleo em Uberlândia também atuava eventualmente em outras regiões do país. A operação foi organizada pela Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO-MG), coordenada pela SEDS em parceria com a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Nessa operação foram identificados empresários dos setores de veículos, papelarias e lojas de móveis como os mentores, produtores e receptores das cargas roubadas. O autor identificado como o chefe da quadrilha era um empresário do setor de automóveis da cidade.

A partir de junho de 2016, o GAECO deflagrou a *Operação Sarendipe* que incriminou e prendeu dezenas de policiais civis, dentre eles delegados, envolvidos com práticas ilegais de suborno, extorsão e sequestro de cargas roubadas da Operação Catira. Na primeira fase, segundos os promotores, os policiais civis realizaram investigações paralelas à da Polícia Federal (PF) e mapearam as ações das organizações criminosas que atuavam no roubo de cargas na região. Em seguida, faziam o flagrante dos criminosos e os subornavam para que pudessem ser liberados, mediante a confecção de boletim de ocorrência. Outras fases foram realizadas, a partir de delações premiadas, propiciando que mais delegados e policiais civis fossem investigados, presos e condenados por outras ações criminosas que vão desde lavagem de dinheiro, receptação, corrupção passiva e ativa, até o tráfico de drogas, confirmando assim que a CPI do Narcotráfico, apesar de ter visibilizado, não conseguiu interromper as ações desses profissionais da segurança pública. Como desdobramento dessa operação um grande empresário da cidade foi preso por tráfico de drogas, o Ministério Público Estadual (MPE) concluiu que esse empresário tinha sido o mandante de um roubo de 160kg de pasta base de cocaína que ocorreu em Uberlândia em 2015. Segundo os promotores para a efetuação desse mega roubo de pasta base o “empresário” tinha contado com a participação de uma milícia composta por outros traficantes e policiais. A última fase da operação foi em julho de 2017. No total 18 policiais civis, dentre delegados, escrivães e investigadores foram presos em todas as fases da operação.

Em 19 de dezembro de 2017 houve a primeira fase da megaoperação *Operação Fênix* deflagrada pelo Gaeco de Uberlândia que culminou no cumprimento de cerca de 200 mandados em Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná. A megaoperação contra corrupção, associação criminosa, roubos, falsidade ideológica e “outros crimes” cujo resultado foi a detenção de mais 80 pessoas, dentre elas 39 policiais civis, sendo nove delegados. Na segunda fase, deflagrada no início de 2018, mais dois advogados foram presos. Em 1º de março, outra fase foi deflagrada com mais três agentes do campo da justiça e segurança pública como alvos: um advogado, um investigador e mais um delegado. No dia 2 de março, mais um advogado havia sido preso suspeito de corrupção e obstrução de Justiça. No dia 27 do mesmo mês, empresários do ramo de ferro velhos e de veículos, além de mais policiais e delegados foram alvos de mandados de prisão em Araxá e Uberlândia. No mês de junho de 2018, foi a vez de outros empresários e policiais de Uberlândia, Uberaba e Itumbiara (GO) serem alvos da nova fase da operação. Por fim, no mês de junho, mais um delegado e outros agentes da Polícia Civil foram presos no pequeno município de Patrocínio, situado a 150 km de Uberlândia.

Em 2019, a deflagração da *Operação Torre de Babel* acusou, incriminou e prendeu oito policiais militares como integrantes de uma milícia na cidade. Não se fez nenhuma referência dessa milícia com o roubo de pasta base. Além do chefe da milícia e mais dois policiais militares acusados de serem integrantes que já se encontravam presos, foram denunciados mais oito policiais militares por envolvimento com a organização criminosa. As acusações são de roubos a banco, frigoríficos, postos de gasolinas, tentativas de extorsão, contratação de serviço para incendiar uma clínica médica, homicídios e tentativas de homicídios mediante contratação. Suas práticas criminais e *modos operandi* são muito parecidos com o PCC, sobretudo no que tange as ações de assaltados à bancos, caixas eletrônicos e tráfico de drogas.

Outras megaoperações semelhantes foram deflagradas na cidade associando os serviços da mencionada milícia com a prática de corrupção de três vereadores da cidade que foram presos depois da justiça observar fortes indícios da contratação, por parte de um dos vereadores, dos serviços desses milicianos contra motoristas de vans escolares da cidade que não estavam se enquadrando no esquema de corrupção. Vale ressaltar que essas ações ocasionaram o ataque com arma de fogo a um dos primeiros procuradores da GAECO no município, bem como o planejamento do homicídio a outro procurador da força tarefa e também a de seu filho.

Por fim, a compreensão dessas novas dinâmicas criminais no município das operações e megaoperações face a empresários, políticos e agentes da segurança pública merecem ser estudadas de maneira mais detalhada e, sobretudo, comparadas às dinâmicas pesquisadas anteriormente.

Referências

- BEATO, C. & PEIXOTO, B. (2005) Há Nada Certo. Políticas Sociais e Crime em Espaços Urbanos. In Sento-Sé. J.T. **Prevenção da Violência: o papel das cidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BEATO, C & SILVA, B & SILVEIRA, A. (2008) Prevenção de Crimes Urbanos: o Programa Fica Vivo. in LIMA, R.S. e PAULA, L. **Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo seu papel?** São Paulo: Contexto.
- BOAS, Franz. (2007) **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Zahar.
- BONESSO, Márcio (2018) **Prevenção à Criminalidade: arte e esporte na segurança pública em Minas Gerais**. Curitiba: Appris.
- LEITE, F. L. (2007) **Prevenção Social à Criminalidade: a experiência de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais.
- LIMA,R.S. & RATTON, J.L. (2011) **As Ciências Sociais e os Pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil**. São Paulo: FNSP e ANPOCS.
- MOTA, Eliane. (2015) **Chefões do crime organizado gozam da impunidade**. Correio de Uberlândia. Uberlândia. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/chefoes-do-crime-gozam-da-impunidade/> Acesso em: 27 mar 2015.
- NEVES, F. (2009) Manual prático da morte: a dimensão da letalidade juvenil. in OLIVEIRA, K. B. OLIVEIRA, G. G. **Olhares sobre a prevenção à criminalidade**. Belo Horizonte: Instituto Elo.
- PERALVA, A. (2000) **Violência e democracia. O paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra.
- PERALVA, Angelina; GALLO, Fernanda; SINHORETTO, Jacqueline. Economia da droga, instituições e política no Brasil: a CPI do Narcotráfico. In: AZAIS, Christian; KESSLER, Gabriel; TELLES, Vera Silva (Org.). **Ilegalismos, Cidade e Política**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p.199-228.
- SANTOS. M.A.F. (2012) **Criminalidade Violenta e contradições sócio-espaciais na cidade de Uberlândia**. Uberlândia. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia da UFU.
- SAPORI, L. F. (2007) **Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro. FGV.
- SCHWARCZ, L.M. (1993) **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras.
- SOARES, L.E. (2006) **Segurança tem saída**. Sextante: Rio de Janeiro.

TAVARES, L. (2013) **Jovens presos em Uberlândia aumentam em 1300%**. Correio de Uberlândia. Uberlândia. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/jovens-presos-em-uberlandia-aumentam-1300-em-10-anos> Acesso em 15 set 2015.

VASCO, A. (2005) **Aécio Neves: de facto e de jure**. Belo Horizonte: Soler editora.